NOME DA AÇÃO EDUCACIONAL

Lei de Licitações: Gestão e Fiscalização de Contratos - Lei 14.133/2021/T01 - TRF2

FINALIDADE PRINCIPAL

Aprimorar a Gestão e Fiscalização de contratos mediante a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021

OBJETIVOS DE RESULTADO (alinhado ao mapeamento estratégico do TRF)

Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
Objetivo estratégico	Incrementar contratações e aquisições com critérios de sustentabilidade

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Gerar uma visão sistêmica (Governança) sobre o contrato administrativo nas novas ou mitigadas prerrogativas da Administração Pública, em razão da publicação da Lei n. 14.133/2021.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema: Da formação à fiscalização contratual pela Lei n. 14.133/2021

MÓDULO 1: Desenvolver uma visão sistêmica (Governança) sobre o contrato administrativo nas novas ou mitigadas prerrogativas da Administração Pública, em razão da publicação da Lei n. 14.133/2021

1) Os principais desafios da fase de execução contratual, com a publicação da Lei n. 14.133/2021

a) Acompanhar processo com leis distintas;

b) Aprimorar a fase de execução contratual com base nos requisitos de Governança, incluindo Gestão de Riscos e Sustentabilidade;

c) Dos velhos desafios: Gerir contrato mal planejado; garantir integração e segregação de funções; excesso de contratos para o mesmo servidor; falta de investimento na área administrativa; realizar boa fiscalização, para evitar riscos de responsabilidade solidária e subsidiária do órgão, sem interferir na gestão da empresa.

2) Da Governança das Contratações

a) Do conceito à aplicação prática nos atos da fase de gestão e fiscalização;

b) Gestão de riscos na fase de execução;

c) Como inserir e fiscalizar os critérios de sustentabilidade inseridos no processo (planejamento)

3) Das normas internas e das últimas publicações do Executivo Federal sobre elaboração de contratos de serviços terceirizados e demais serviços de natureza contínua

a) Conhecer os normativos internos e externos sobre a elaboração de Planilha Formadora de Custos de acordo com o sistema de módulos para contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra do Executivo Federal, com as adaptações necessárias;

b) Da formulação de um bom contrato administrativo, com base nos requisitos do art. 95 da Lei n. 14.133/2021;

c) Da dispensa, dos requisitos e dos cuidados da substituição do instrumento contratual por outro instrumento mais simplório, manifestações dos órgãos de Controle e da AGU (O.N. n. 84), com base em Gestão de Riscos e de acordo com os requisitos do art. 53 da LGL. - Técnica comparativa com a Lei n. 8.666/93;

d) Do contrato verbal do art. 95 da Lei n. 14.133/2021. Pode ser interpretado como regime de adiantamento?

MÓDULO 2: Fomentar a capacidade de avaliação crítica, formulação de controles internos e apresentar boas práticas de gestão e fiscalização contratual, partindo de exemplos do próprio TRF2, em relação ao cumprimento das obrigações contratuais.

4) Formulação de controles internos e boas práticas para execução e fiscalização contratual

4.1 Garantia de Execução Contratual, com cobertura adicional para ações trabalhistas e previdenciárias

a) Dos requisitos, das mudanças em comparação com a Lei n. 8.666/93 e dos controles internos para exigir a garantia de execução contratual;

b) Do recebimento da Garantia, como obrigação acessória;

c) Como acionar a garantia, sem perder o direito à indenização;

d) Expectativa de Sinistro e quando acionar a garantia básica e as garantias adicionais, quando solicitadas;

e) Da garantia com cláusula de retomada (seguros de performance);

f) Das garantias complementares quando a proposta do fornecedor for inferior a 85% do valor estimado pela administração.

4.2 Da duração dos contratos administrativos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

a) Duração dos contratos administrativos;

b) Da possibilidade de vigência inicial por 5 anos em serviços e fornecimentos contínuos (cuidados e requisitos do art. 106 da Lei n. 14.133/2021;

c) Quem pe a administração citada nos incisos II e III do art. 106? Qual o grau de formalidade para análise de vantajosidade dos contratos firmados com vigência de 5 anos? Quais atos de fiscalização devem ser praticados no início de cada exercício financeiro?

4.3 Dos regimes de execução e formas de fornecimento na Lei n. 14.133/2021, pra contratos de terceirização

a) Tipos de regimes de execução, que vincula diretamente a forma de pagamento dos contratos terceirizados;

b) Exemplos práticos;

c) A obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

4.4 Do recebimento do objeto principal e das obrigações acessórias

a) Critérios para recebimento provisório (Responsável, condições de aferição, prazos para substituição);

b) Critérios para recebimento definitivo (Responsável, condições de aferição, prazos para substituição);

c) Como estabelecer os prazos?

c) Da instrução do processo sancionatório pelo Fiscal e pelo Gestor;

d) Do rito;

e) Das responsabilidades;

f) Devemos aplicar penalidades por qualquer inadimplemento de obrigação, mesmo que acessória?

g) Como avaliar os argumentos de defesa prévia

MODALIDADE	CARGA HORÁRIA TOTAL	Nº DE VAGAS	VÁLIDO PARA
EAD síncrono	15 horas	50	AQT/ PROMOÇÃO

PÚBLICO ALVO

Servidores que atuam como gestores e fiscais de contratos

PRÉ-REQUISITOS

Conhecimentos básicos sobre a Lei n. 14.133/2021

METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
Exposição dialogada	Explanação dialogada dos conteúdos; contextualização do conteúdo por meio de discussão de casos práticos; estudos de casos e exercícios pelo forms.

CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM IDEAL

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Frequência mínima de 75% da carga horária total do curso, participação nos exercícios propostos; será considerado aprovado o aluno que demonstrar, nas atividades coletivas que identificou e integrou os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso, alcançando desenvolver, no todo ou em parte, os saberes elencados entre os objetivos específicos da formação.

AGENDA DA TURMA

Instrutores:	LUANA CARVALHO DE ALMEIDA Técnica Judiciária - Assessoria social - Conselho da Justiça Federal
Período do curso:	28, 29 e 30/4
Horário:	13 às 18h
Local:	Zoom

OBSERVAÇÕES RELEVANTES

Apesar da possibilidade de acompanhamento das aulas pelo celular, recomendamos que seja utilizado, preferencialmente, o computador, devido às maiores funcionalidades disponíveis.

Após a sua inscrição na plataforma Zoom será gerado um link para acesso às aulas. Este link é individual e NÃO DEVERÁ SER COMPARTILHADO com outros participantes para que não haja inconsistência na geração de informação da participação no evento.